



## **Texto síntese – Roda de Diálogo SNEA 01**

### **A experiência de Educação como caminho para a construção da Agroecologia – Pontos para o debate**

Maria Virginia de Almeida Aguiar<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Professora na UFRPE, doutora em Agroecologia, Sociologia y Desarrollo Rural Sostenible pela Universidad de Córdoba, Espanha. E-mail: [mvirginia.aguiar@gmail.com](mailto:mvirginia.aguiar@gmail.com)

#### **1. Introdução**

O II Seminário Nacional de Educação em Agroecologia (SNEA) se propôs a refletir sobre Educação em Agroecologia a partir dos processos educativos presentes em experiências concretas vividas por cada um/a dos participantes do evento. Partiu da suposição de que há um potencial reflexivo em cada experiência educativa que deve ser identificado, sistematizado e valorizado.

Este texto apresenta algumas reflexões feitas a partir de dez relatos de experiências apresentadas nas Rodas de Diálogo do II SNEA, neste caso, na RD SNEA\_01. As experiências aqui analisadas vieram, principalmente, da região Sudeste, mas também das regiões Norte e Nordeste (5 experiências do estado de São Paulo, 2 do Rio de Janeiro, 2 do Pará e 2 da Bahia). No Quadro 1 apresentamos as experiências, as regiões onde se localizam e as organizações envolvidas diretamente (Apêndice 1).

Estas experiências são principalmente de educação formal (7 experiências), mas tivemos também 3 experiências de educação não-formal.

As experiências de educação formal vem do ensino e/ou da extensão universitária, e são vinculadas a instituições como os Institutos Federais de Educação (IFPA e o IF Baiano) e as Universidades Federais (UFSCAR, UFRRJ, UFF e UNIFESSPA) e aos seguintes cursos: técnico profissional (Agroecologia e Agropecuária), tecnólogo (Agroecologia), licenciatura (Educação do Campo), bacharelado (Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis) e especialização (Educação do Campo, Agricultura Familiar e Currículo). Tivemos também uma experiência de nível médio protagonizada por uma instituição privada de ensino (Aitiara Escola do



Campo).

As três experiências de educação não-formal estão vinculadas aos seguintes projetos e instituições: Projeto Residência Agrária Jovem junto a Escola de Educação Popular do MST; da Escolinha de Agroecologia e; da Feira Agroecológica e Cultural de Sorocaba. Estas três experiências foram protagonizadas por: uma ONG chamada Instituto Giramundo Mutuando; uma organização de assessoria aos trabalhadores rurais (CPT) e o SESC Sorocaba, respectivamente.

A ideia deste texto é evidenciar e dar visibilidade a riqueza de processos educativos vividos por estas dez experiências, analisando os temas gerais e transversais abordados.

Parafraseando Oscar Jara (2006: p. 21) que se propõe a analisar as experiências de Educação Popular através da sistematização, entendemos que experiências de Educação como

“processos particulares que fazem parte de uma prática social e histórica mais geral, mas igualmente dinâmica, complexa e contraditória. [...] experiências vitais, carregadas de uma enorme riqueza acumulada de elementos que, em cada caso, representam processos inéditos e irrepetíveis”.

Portanto, as experiências apresentadas são consideradas um ponto de partida para as reflexões ocorridas durante as Rodas de Diálogo acontecidas no II SNEA. Também consideramos que elas trazem um conjunto de reflexões e “uma enorme riqueza acumulada de elementos” que podem nos orientar no debate atual sobre Educação em Agroecologia.

## **2. O que entendemos por uma experiência de educação em agroecologia**

Uma primeira questão, é entender melhor o que afinal entendemos como uma Experiência de Educação em Agroecologia e porque são consideradas substratos para as reflexões sobre Educação em Agroecologia.

Neste Seminário, optou-se por se dedicar às experiências vividas na Educação Formal (de acordo com a segunda convocatória do II SNEA), desenvolvidas a partir de diferentes contextos socioambientais e culturais e organizadas em diferentes níveis educacionais, perspectivas formativas e institucionalidades. Mas, entendendo que a Educação em Agroecologia se dá em diferentes dimensões educativas, como nos alertou Brandão (2007), o II SNEA ampliou o seu foco para as experiências de



Educação Não-formal em Agroecologia.

Já dizia BRANDÃO (2007: p. 1) que

“Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações”.

Compartilhamos com Gohn (2006), a ideia de que a educação formal é aquela em que o espaço onde ocorrem os processos educativos são os territórios das escolas que são instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais. Os ambientes são normatizados e definidos previamente. Os objetivos da educação são relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normalizados por leis, dentre eles, o de formar o indivíduo como um/a cidadão/ã ativo/a, desenvolver habilidades e competências, desenvolver a criatividade, percepção, motricidade etc. Os conteúdos trabalhados são previamente demarcados e onde, na maior parte das vezes, o/a professor/a é o/a educador/a ou facilitador/a do processo de construção do saber. Requer tempo, local específico, pessoal especializado, organização curricular, sistematização sequencial das atividades, regulamentos e leis, órgãos superiores etc. Ela tem caráter metódico e, usualmente, divide-se por idade/nível de conhecimento. No entanto, na Agroecologia, a educação formal e a escola devem ser vistas de outra forma. É importante que estejam vinculadas a realidades concretas e aos domínios sociais e culturais onde elas estão imersas, procurando restabelecer o vínculo entre todos/as envolvidos/as na produção social do saber e adotando práticas pedagógicas críticas e criativas.

Com relação a educação não-formal, entendemos que é aquela diretamente vinculada ao "mundo da vida", sendo que os espaços educativos são os territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em ambientes e situações onde há processos interativos intencionais, construídos coletivamente, segundo diretrizes dos grupos envolvidos. Ela capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo e no mundo e sua finalidade é abrir oportunidades de acesso ao conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais (GOHN,



2006).

Por serem todas elas experiências de Educação, são comprometidas com a produção, a prática e a partilha do saber e, com isso, dos códigos sociais, das regras do trabalho, dos segredos da arte, da religião, do artesanato ou da tecnologia, necessários para reinventar a vida do grupo e de cada um, por meio de trocas com a natureza e entre os sujeitos, dentro do mundo social que ajuda a explicar e se envolver, e onde se incluem dimensões materiais, intelectuais, culturais, psicossociais, afetivas, estéticas e ecológicas (BRANDÃO, 2007).

No II SNEA partimos da suposição de que uma experiência de Educação em Agroecologia é uma “experiência prática concreta”, vivenciada por uma coletividade formada por educadores/as, educandos/as e parceiros, entre eles agricultores e agricultoras. Optamos por contar com experiências em que os/as participantes tinham uma “inserção direta”, “aprendendo, ensinando, aprendendo-e-ensinando, sabendo, fazendo, sendo ou convivendo” (BRANDÃO, 2007). Ou seja, experiências onde todos/as estavam enraizados/as no “chão do aprender-ser”, fosse ele um espaço educativo formal ou não-formal.

Uma ideia importante é que as experiências educativas em Agroecologia são dotadas de significados que possibilitam a reflexão crítica da realidade do agro e, ao mesmo tempo, a sua transformação. Além disso, não se limita a uma dimensão técnica-produtiva, dedicada a resolução de problemas agrônômicos, florestais ou pecuários/veterinários no âmbito dos estabelecimentos agrícolas. Por ter uma perspectiva interdisciplinar, a Agroecologia se desenvolve a partir do aporte de diferentes áreas do conhecimento, para além das Ciências Agrárias, nos oferecendo as bases para analisar a atividade agrária de forma ampla. Ao mesmo tempo, as experiências de Educação em Agroecologia não devem fugir de uma perspectiva crítica.

Concordamos com Guzmán & Soler (2010) que analisam que a Agroecologia apresenta três dimensões definidas por raízes epistemológicas científicas e sociais, que devem ser analisadas conjuntamente. A primeira dimensão é a ecológica e técnico-produtiva, centrada no desenho de agroecossistemas sustentáveis, sendo a ecologia o marco científico de referência em diálogo com o conhecimento tradicional camponês e/ou indígena e propõe a redefinição dos fundamentos técnicos das



Ciências Agrárias. Arriscamos afirmar (e isso mereceria uma maior investigação) que essa dimensão vem dominando a prática de muitas experiências de Educação em Agroecologia no Brasil, em especial nos cursos técnicos e tecnológicos.

A segunda dimensão, sociocultural e econômica, se caracteriza por um forte conteúdo local, prioritariamente através da análise sociológica e antropológica do campo, as estratégias produtivas e os processos de desenvolvimento rural.

A terceira dimensão, política, se traduz na implicação prática da construção de alternativas a globalização agroalimentar mediante o apoio e acompanhamento de ações coletivas voltadas para a produção, mas também para a comercialização e a luta política.

Este conceito amplo nos sugere que devemos inverter as orientações construídas ao longo da história da formação técnica-profissional no Brasil, que tem uma base tecnicista e produtivista, pois privilegiou a ideologia da modernização tecnológica industrial difundida pela Revolução Verde, com uso intensivo de capital e de energia como a única possibilidade para o desenvolvimento da agricultura e do espaço agrário. Neste caso, a dimensão técnica na formação é privilegiada em detrimento a uma formação humana mais ampla (SOBRAL, 2007; SOARES & OLIVEIRA, 2005). Assim, a Educação em Agroecologia nos oferece muitos elementos para repensar a forma de atuar sobre o mundo e um sentido sociopolítico e ecológico com diretrizes conceituais e metodológicas que nos levam a analisar e questionar o paradigma da modernização do campo e seus efeitos desumanizadores e antiecológicos, questionando o paradigma hegemônico de desenvolvimento que se fundamenta no crescimento ilimitado.

Ao ser uma matriz de conhecimentos associada a uma perspectiva crítica, a Agroecologia também nos oferece elementos para analisar e questionar as perspectivas conservadoras da educação bancária e tecnicista.

A Educação em Agroecologia também nos fornece elementos para compreender melhor o funcionamento e a dinâmica dos agroecossistemas e os sistemas agroalimentares, para reorientá-los a partir da re-conexão entre a sociedade e a natureza. Os agroecossistemas são constituídos por sistemas produtivos agrícolas, pecuários, extrativistas e socioeconômicos que se interconectam mutuamente.



Portanto, devem ser analisados a partir da perspectiva dos sistemas complexos em sua totalidade, abrangendo seus elementos ambientais e humanos e suas relações.

Ao mesmo tempo, devemos considerar que são as pessoas que estão no centro dos processos educativos e não as tecnologias agroecológicas. Mesmo quando trabalhamos uma técnica de base ecológica em espaços educativos, esta atividade deve vir carregada de reflexões e o processo de ensino-aprendizagem, apresenta várias questões que vinculam o ensinar e o aprender com os sujeitos envolvidos e o contexto sociohistórico em que estão imersos.

Por exemplo, quando um/a educando/a “aprende” a plantar a semente crioula ou tradicional e o seu significado para os sistemas produtivos ecológicos e autônomos, esta atividade terá um valor educativo considerável quando estiver associada a percepção e reflexão de todas as dimensões do ato de plantar, da produção e da reprodução da vida. O que caracteriza uma semente tradicional ou crioula? Qual sua diferença com relação as sementes melhoradas convencionais, híbridas ou transgênicas? Em quais contextos socioculturais e econômicos estão inseridos o/a educador/a e o/a educando/a envolvido na atividade? Como aconteceu a apropriação do novo conhecimento? Que tipo de semente foi plantada? Onde foi plantada? Porque foi plantada? Quais dimensões desta experiência conectam o/a educando/a com a natureza? Quais as consequências desta forma de plantio? Qual o significado do plantio das sementes tradicionais frente as sementes das grandes corporações de insumos? E tantas outras questões poderiam ser feitas, considerando a dimensão sócio-ecológica-econômica-política da Agroecologia.

Uma dimensão importante da Educação em Agroecologia é a metodologia e os métodos e técnicas de ensino-aprendizagem adotados. Espera-se que o ensino se oriente por diferentes correntes pedagógicas críticas, construtivistas e orientadas pela educação popular, não se limitando a sala-de-aula, adotando metodologias participativas onde há o protagonismo dos estudantes e acontecendo de forma articulada com a extensão e a pesquisa.

Outra reflexão nos convém. Se a Agroecologia é um campo de conhecimentos comprometido com a sustentabilidade e com as transformações sociais, não pode deixar de incorporar no processo educativo o tema das desigualdades sociais, não somente sob uma perspectiva de classe, mas também



as desigualdades de gênero vividas pelas mulheres agricultoras, na vida social, na atividade produtiva e na construção do conhecimento (AGUIAR & JALIL, 2013).

Em outro texto analisava que a Agroecologia requer educadores portadores de uma formação compatível com estas novas bases epistemológicas e que possam contribuir mediante abordagens pedagógicas, metodológicas e técnicas distintas das Ciências Agrárias convencionais.

Espera-se que os projetos educativos dedicados à Agroecologia se consolidem por meio do diálogo entre os saberes científico e popular para a construção de novos conhecimentos com grande inserção nas realidades socioeconômicas e ambientais locais, superando a perspectiva difusionista da transferência de tecnologias. Também se espera que esses projetos partam de uma crítica profunda à visão produtivista e tecnicista da agricultura convencional e que coloquem em prática metodologias orientadas para o enfoque sistêmico e para a interdisciplinaridade. Tudo isso sem esquecer uma formação que viabilize a democratização do saber científico e tecnológico tratado na perspectiva histórico/crítica por meio do resgate do vínculo entre conhecimento, trabalho e relações sociais (AGUIAR, 2010, p. 5).

A seguir, apresentamos e analisamos os temas sobre os quais se debruçaram as dez experiências apresentadas no Seminário e aqui analisadas.

### **3. As metodologias no centro das reflexões sobre as experiências**

O foco da reflexão das experiências apresentadas foram temas vinculados aos processos educativos e metodologias, expressos em várias “pedagogias” adotadas (Pedagogia do Oprimido, da Práxis, da Alternância, da Rima, do Alimento, do Fazer), muitas delas inspiradas na Educação Popular. Entendemos as metodologias como uma orientação geral, definidas como um conjunto de princípios norteadores, valores e fundamentos que orientam a prática pedagógica, ajudando a definir quais “caminhos” trilhar para construir conhecimentos.

Boa parte das experiências apresentadas adotou a Pedagogia da Alternância pois são ligadas, direta ou indiretamente, à Educação do Campo. Entre estas experiências, cinco tem relação com o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (Pronera) do extinto Ministério do



Desenvolvimento Agrário (MDA), e duas tem relação com o Programa Mais Educação Campo, do Ministério da Educação e Cultura (MEC). As experiências educativas vinculadas ao Pronera representam formas de “resistência e luta contra-hegemônicas”, onde “a Agroecologia sintetiza, ao mesmo tempo, uma nova concepção de conhecimento e ciência vinculada à produção de alimentos e, por outro, uma nova qualidade da relação do ser humano com a natureza”, tal como haviam analisado Molina et al (2014: p. 11).

Em um texto recente, Caldart [2015] considera as relações entre a Agroecologia e as escolas do campo, chamando a atenção sobre as potencialidades e a importância política, ética e formativa de avançar na aproximação destes dois universos. Ela afirma:

Entendemos que a construção de relações orgânicas entre escolas e processos de produção agrícola fundamentados na agroecologia integra o desafio da Educação do Campo de formar práticas educativas avançadas, vinculadas à vida e à complexidade de suas questões, além de contribuir no combate ao agronegócio e à lógica social destrutiva de que ele é parte (CALDART, [2015]: p. 1)

A autora menciona também que “a relação das escolas do campo com a agroecologia está sendo construída, mas não está dada e nem é simples” (p. 1) e que “não é necessário estar em um ambiente de produção agroecológica avançada para estudar agroecologia e mesmo estudá-la nas relações entre teoria e prática” (p. 7). Ela alerta que “mesmo a escola em cujo entorno predominem agroecossistemas degradados e de baixa agrobiodiversidade, com monocultivos, uso de venenos e cultivos de sementes transgênicas, tem diagnósticos e análises a fazer sobre estes agroecossistemas” (p. 7). Esse contexto estava expresso em algumas das experiências apresentadas nesta Roda de Diálogo.

Uma das experiências analisa as contradições e ambiguidades do entendimento do que seja Educação do Campo enquanto perspectiva pedagógica produzida nas experiências dos movimentos sociais na Educação Básica em redes públicas municipais de ensino no Rio de Janeiro. Chamam a atenção para a tendência à uniformização do trabalho escolar, ausência de reuniões pedagógicas e de problemas com o pagamento de salário dos/as professores/as, o que compromete crescentemente a qualidade da educação pública, crescentemente sucateada.

Observamos nas experiências de Educação do Campo analisadas aqui que, umas mais, outras



menos, conseguiram uma aproximação com a Agroecologia e permanece o desafio para estabelecer estas relações. Por isso, uma questão permanece: o que conecta a Educação do Campo com a Educação em Agroecologia?

Seguimos para as outras “Pedagogias” apresentadas nas experiências. Uma experiência desenvolvida pelo IF Baiano sugere uma Pedagogia da Rima como uma “proposta metodológica de ensino e aprendizagem em Agroecologia, que utiliza a musicalidade da rima e o poder de síntese inerente ao verso, na composição de textos que conjuguem linguagem literária e saber técnico-científico” (SNEA1\_04). Esta e outras duas experiências adotam recursos da arte nos processos educativos (performances, intervenções, brincadeiras, apresentações e shows de arte e cultura, música, poesia e desenhos) (SNEA5\_07 e SNEA1\_08).

Outra experiência apresenta a Pedagogia Waldorf (SNEA5\_07) como uma pedagogia que “tem como meta desenvolver o ser humano da forma mais ampla possível, dando possibilidades para que seu pensar, sentir e agir amadureçam de forma equilibrada e completa”. Um dos componentes dos currículos orientados por esta Pedagogia é “Agricultura e Jardinagem”, que estimula desde o ensino fundamental a se “trabalhar a terra, despertar o interesse pela natureza, vivenciar atividades milenares como o semear, o plantar e o colher” para ver crescer o que as próprias mãos plantaram e descobrir a responsabilidade que todos herdaram ao nascer na Terra, na “direção da consciência da própria ação no planeta”. Temos aqui uma porta aberta para ampliar as reflexões sobre as conexões com a Educação em Agroecologia e a Pedagogia Waldorf, nesta experiência de educação e de agricultura biodinâmica que vem se alastrando por várias regiões do Brasil em diferentes níveis educacionais, da educação infantil ao ensino médio.

Alguns princípios metodológicos adotados pelas experiências foram apresentados nos relatos:

- Educação contextualizada: A contextualização da prática educativa em dinâmicas sociais locais aparece como elemento metodológico central para a criação de ambientes de diálogo e interação entre educadores/pesquisadores/extensionistas/estudantes e agricultores/as. A prática educativa se desafia a entender em que consiste realmente a realidade concreta para que seja objeto de conhecimento e espaço de promoção de mudanças. É adotada a leitura de contextos, em alguns casos, partindo da realidade na



visão da comunidade, para a ampliação de repertórios educativos e o fortalecimento da concepção ético-crítica do conhecimento, que se reconhece a si e ao outro. Uma das experiências chama a atenção para a potência da prática educativa e sua força didática, quando promove iniciativas de encontro da diversidade sociocultural do rural com o urbano. Neste caso, entendemos a Agroecologia como a “ciência dos lugares”, como uma ideia que se materializa na realidade concretizada nas condições biofísicas e socioculturais peculiares em que se desenvolvem as experiências (ALMEIDA, 2009; p. 76). A Pedagogia da Alternância é adotada em 4 destas experiências, o que impõe a necessidade de conhecimentos e ferramentas para a apreensão da realidade e intervenção com vistas à sua transformação.

- Educação problematizadora: Os processos educativos promovem uma formação que questiona e reflete sobre a realidade, desconstrói conceitos e técnicas provocando as transformações sociais;
- Abordagem sistêmica: Algumas experiências promovem a reflexão sobre princípios ligados a Agroecologia e a adoção de uma visão holística e um referencial analítico sistêmico para interpretação e compreensão de sistemas de produção familiares, de acordo com a realidade ecológica de cada local;
- Educação dialógica: Algumas experiências indicaram que educadores/as, educandos/as e agricultores/as são vistos como sujeitos do processo educativo e, com isso, vem realizando um diálogo entre todos os/as envolvidos/as nos processos educativos, promovendo uma educação dialógica. O exercício da alteridade e o auto reconhecimento e reconhecimento mútuo apareceram como questões importantes em algumas experiências. O saber local é respeitado e reconhecido e se busca diferentes formas de realizar o diálogo, a reflexão e a construção coletiva do conhecimento. Por outro lado, algumas experiências promovem o diálogo entre o saber científico e o saber local com a aproximação dos conhecimentos populares dos camponeses aos conhecimentos acadêmicos das instituições de ensino, reforçando um princípio fundamental que orienta as bases epistemológicas da Agroecologia, ou seja, que a construção do conhecimento agroecológico se dá através da sinergia entre diferentes formas de produção de conhecimento (ALTIERI, 2002; CASADO et al, 2000). O diálogo de saberes entre o saber acadêmico com o saber local, sinaliza para um rompimento com a perspectiva bancária dos processos de ensino a perspectiva difusionista da extensão universitária, criando as condições para o



empoderamento dos educandos/as e dos/as agricultores/as envolvidos/as. Os conhecimentos acadêmicos deixam de ser a expressão máxima da cultura e verdades inquestionáveis. Mas as experiências indicam que devem se atentar para que esse diálogo e a participação destes sujeitos não se limitem aos aspectos meramente formais, e que consigam superar as relações desiguais de poder entre educadores/as e agricultores/as e que possibilitem efetivamente a construção de novos conhecimentos.

- Interdisciplinaridade: algumas das experiências procuram ser interdisciplinares, integrando as áreas do conhecimento e rompendo com a formação segmentada em “caixinhas”, em que cada profissional vai atuar especificamente na sua disciplina. Em uma delas foram adotados “temas geradores” como estratégia para se ensinar de forma interdisciplinar;

- Transformação da realidade: Os sujeitos do processo educativo são atores de mudança das realidades vigentes;

Outros princípios apareceram isoladamente, mas tem sua importância. São eles: Articulação entre teoria (princípios e pressupostos) e a sua aplicação prática; autogestão; responsabilidade e liberdade; comunicação; a arte como recurso didático para integrar ciência, poesia, música e desenho/pintura; e a educação como caminho de construção da paz.

Um amplo repertório de métodos e recursos didáticos são utilizados nos processos educativos relatados, onde os educadores/as e educandos/as saem da “zona de conforto” das salas de aula. Muitas das experiências estão conseguindo superar as barreiras existentes entre a extensão, o ensino e a pesquisa. Para experimentar e vivenciar a junção entre a prática e a teoria, foram adotados os campos experimentais dentro das escolas, o projeto profissional do Jovem, o “entorno educativo” como ambiente para praticar técnicas de produção de base ecológica, implantações de casas de sementes e sistemas produtivos de base ecológica, oficinas teórico-práticas para construção de atividades didáticas, oficinas sobre beneficiamento de produtos locais, de sistemas produtivos de base ecológica, produção de material didático e Unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão, que procuram indissociabilizar estas dimensões educativas.

Algumas experiências adotaram a pesquisa como estratégia de ensino realizando estudos da realidade, levantamentos, pesquisas sócio antropológicas e diagnósticos de agroecossistemas.



Para promover o diálogo horizontal entre os diferentes atores envolvidos, as experiências adotaram a validação e construção participativa de tecnologias apropriadas e os debates, as feiras e rodas de conversa envolvendo diferentes sujeitos.

Pouquíssimo se falou sobre gênero e/ou sobre mulheres nas dez experiências em questão, demonstrando como os temas sobre mulheres e as próprias mulheres estão invisibilizadas nos processos educativos. Apenas duas experiências mencionaram algo sobre Gênero, sendo uma, onde mulheres guardiãs das sementes eram sujeitos de uma atividade da experiência e, uma outra, onde o tema “gênero e sexualidade” foi trabalhado em uma atividade educativa realizada. As mulheres assumem um importante papel na promoção da Agroecologia nas diferentes etapas da produção e, inclusive, no desencadeamento de processos de desenvolvimento rural e na geração e disseminação de conhecimentos. Mas frequentemente, as reflexões sobre gênero não são consideradas tão relevantes para o avanço da Agroecologia quanto os estudos sobre a dimensão do manejo técnico dos agroecossistemas e que o debate acadêmico ainda ignora o papel e a contribuição das mulheres na produção de conhecimentos (AGUIAR et al, 2009).

Da mesma forma, o tema das juventudes esteve invisibilizado nos relatos, apesar de praticamente todas as experiências terem os jovens como sujeitos da ação educativa. Apenas uma das experiências trouxe a discussão do protagonismo da juventude camponesa, apresentando o jovem como sujeito ativo do campo, produtor e reproduzidor de cultura e agricultura e articulador de redes para a construção da transição agroecológica local. Essa experiência também problematizou a permanência da juventude no campo.

Algumas experiências revelaram as identidades sociais dos atores dos processos educativos. Alguns são estudantes de ensino médio, jovens ou adultos de assentamentos da reforma agrária e/ou acampados. Outras identidades reveladas foram a dos povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, extrativistas e quilombolas de Fundo de Pasto). Pelo menos três experiências trabalharam com educadores (professores municipais, educadores do ensino básico do campo ou da cidade).

O aspecto da relação entre as diversidades/etnicidades e as experiências educativas em



Agroecologia nos parece importante revelar. Sabemos que a agricultura tradicional camponesa expressa estratégias de produção econômica e reprodução socioambiental que ajustam seus meios de vida aos ecossistemas em que vivem e produzem (PETERSEN, 2009).

Três experiências relatadas trataram indiretamente do tema, demonstrando que algumas instituições de ensino têm se democratizado e respondido positivamente à diversidade do campesinato presente no seu entorno. Ressaltamos as experiências do IFPA que demonstram um nítido diálogo entre instituições e sociedade num quadro de democratização da educação. Uma das experiências tinha um povo indígena envolvido e duas experiências mencionaram ter os quilombolas como atores. Uma das experiências mencionou tratar do tema da educação das relações étnico-raciais nos cursos de formação de professores da educação básica. Foi argumentado que o trabalho se volta para a existência de quilombolas, indígenas e caiçaras na região, o que reforça a necessidade do Conselho Municipal de Educação formular uma política para educação diferenciada no Sul Fluminense e tem algumas experiências nas escolas de toda a rede municipal. Aparece nos livros didáticos construídos pelas escolas, dialoga com a Coordenadoria Municipal da Igualdade Racial, com o movimento negro local Ylá-Dudu, os grupos de capoeira, de jongo, de maculelê, bem como das narrativas e memórias dos griôs, da Arquisabra.

No entanto, as experiências, ao não tratar diretamente das racionalidades ecológicas presentes nos modos camponeses de produção de caráter étnico, indicam que estas racionalidades precisam ser melhor conhecidas e valorizadas nos processos educativos como um componente essencial para se trabalhar a Agroecologia.

#### **4. A agrobiodiversidade como tema articulador**

O tema da agrobiodiversidade/bens naturais foi trabalhado no processo educativo em três experiências. Uma das experiências fez um debate à partir da dimensão política da Agroecologia e trabalhou o tema ressaltando o papel da educação para a construção de alternativas ao crescimento da pecuária e do monocultivo da soja, dendê e eucalipto na região do Sudeste Paraense e fez um questionamento sobre o monopólio das transnacionais sobre as sementes e a consequente erosão



genética, mesmo entre os indígenas. Também discutiu a importância do resgate de sementes tradicionais vinculadas a soberania alimentar, realizando atividades de produção e disseminação de sementes de milho, feijões, outras leguminosas, entre outras espécies dedicadas a usos não alimentares.

Outra experiência considerou a questão do acesso a agrobiodiversidade adaptada (sementes crioulas) aos sistemas agroecológicos por meio de bancos de sementes para os/as jovens agricultores/as, culminando com a participação em uma feira estadual de sementes crioulas. Esta mesma experiência propõe uma Pedagogia do Alimento, ideia com forte conteúdo problematizador, já que coloca em questão a possível existência de uma “Pedagogia da Fome” na educação convencional, que propõe o uso intensivo dos pacotes tecnológicos da revolução verde como o único caminho possível para atender a crescente demanda por alimentos.

Uma das experiências sobre formação de educadores trabalhou os temas agrobiodiversidade e “alimento” de forma articulada, como potencial capaz de animar e mobilizar de saberes e conteúdos vindos da comunidade e da academia.

Outra experiência, mais vinculada a dimensão técnica-produtiva da Agroecologia, tomou como questão a construção de propostas alternativas de sistemas de produção de base ecológica, trabalhando os temas da implantação e manejo de um sistema agroflorestal, a aplicação de preparados biodinâmicos, a pecuária biodinâmica e a produção de sementes agroecológicas.

Percebe-se que as sementes foram chamadas de sementes nativas, tradicionais, crioulas e agroecológicas, cada qual, com um significado político para aquelas sementes não melhoradas de forma convencional e mantidas há gerações pelos/as agricultores/as a nível local.

## **5. A importância das políticas públicas e das redes de interconhecimento para promoção das experiências de Educação em Agroecologia**

Ressaltamos a importância das políticas públicas federais no processo de indução e apoio a maior parte das experiências aqui analisadas, ainda que em nenhum dos relatos foi feita uma análise da importância destas políticas públicas.

Entre as 10 experiências aparece especialmente o Pronera (5 experiências) e o Mais Educação



Campo (1) que apoiaram a constituição de dois cursos técnicos, um superior, uma licenciatura, um projeto Residência Agrária e um projeto de educação não-formal. Estas experiências demonstram a importância das políticas públicas para a formação de jovens para contribuir para a produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para a criação de uma nova matriz tecnológica e de um projeto de desenvolvimento sustentável, baseados nos princípios da Agroecologia.

Também percebemos a presença do Planapo e de sua política de criação e fortalecimento de Núcleos de Estudo sobre Agroecologia nas instituições de ensino superior e tecnológico. No entanto, esta política também não foi analisada nas experiências apresentadas.

Uma característica importante em praticamente todas as experiências aqui apresentadas foi a constituição de parcerias e redes interinstitucionais, demonstrando uma certa superação da unilateralidade das instituições educativas, que passam a dialogar e consensuar com diferentes segmentos sociais, numa relação mais solidária na relação instituição de ensino e sociedade. As instituições foram: i) Governamentais: federais (Embrapa; INCRA); estaduais (APTA; ITESP; Emater PA) e municipal (Secretaria Municipal de Educação de Marabá/PA); ii) Organizações não-governamentais: ABD, Companhia Artística Semeando Encanto, GARFOS); iii) Organizações dos movimentos sociais: MST (4), CPT, MPA, ARQUISABRA, FCT, FAFSP, FERAESP, Movimento de Agricultores e Agricultoras Assentados e Acampados da Bahia (CETA), a Organização das Mulheres Assentadas e Quilombolas de SP – OMAQUESP; o IALA Amazônico, a Escola Estadual de Educação Popular Rosa Luxemburg, a Escola Estadual Laudenor de Souza, a Escola Família Agrícola do Sertão Monte Santo, a Cooperativa dos Produtores de Plantas Medicinais (COOPLANTAS, Itaberá), a Cooperativa dos Pequenos Produtores e Assentados de Itapeva (COAPRI, Itapeva). Em duas experiências de educação não-formal, universidades apareciam como parceiras (UNESP Botucatu, UNICAMP e UFSCAR-Sorocaba).

A articulação das trajetórias de construção da Agroecologia nas instituições científico-acadêmicas com as organizações da sociedade civil é de grande importância para que a perspectiva agroecológica seja ampla e efetivamente incorporada como enfoque orientador de transformações



estruturais na agricultura brasileira (PETERSEN, 2009).

## **6. Os princípios e as diretrizes da educação em agroecologia**

O II SNEA sugeriu que para praticar uma Educação em Agroecologia necessitamos princípios e diretrizes como um conjunto de orientações e valores abrangentes, fundamentais, definidores e direcionadores do rumo a seguir na experiência educativa. Resgatou os princípios e diretrizes para uma Educação em Agroecologia propostos no I SNEA, como são a vida, a diversidade, a complexidade e a transformação. Nossa tarefa agora é analisar como as experiências estão colocando em prática estes princípios. Aqui apresentamos como os próprios autores analisaram estes princípios nas suas experiências. De toda forma, observamos que nem todos/as conseguiram avançar nestas reflexões, pois não apresentaram elementos para isso nos seus textos ou apresentaram de forma incompleta, indicando que esta reflexão deverá ser mais bem analisada em um momento futuro.

### **Princípio da Vida**

O princípio da Vida foi analisado em quatro experiências e foi trabalhado de diferentes maneiras:

A produção de alimentos saudáveis e limpos aparece como um dos objetivos que vinculam as experiências com o princípio da Vida. Uma das experiências traduziu esse princípio através da necessária promoção de tecnologias limpas e outra experiência analisa que os sujeitos envolvidos com este objetivo estão comprometidos com o cuidado com a “casa comum”, a relação do ser humano com a natureza de forma a não esgotar seus bens naturais. Esta mesma experiência apresenta a Feira Agroecológica e Cultural de Sorocaba como um espaço educativo que busca pluralidade para a promoção da vida, argumentando que as práticas presentes na feira adotam “diretrizes do cuidado e afetividade com a vida, considerando sua otimização e valorização e a sustentabilidade em suas mais variadas dimensões”.

Este princípio também foi vinculado com a crítica aos sistemas produtivos convencionais e a superação da monocultura. Curiosamente, uma das experiências analisa a insustentabilidade vivenciada



também pela agricultura familiar e os povos tradicionais. A insegurança alimentar e a questão do tratamento do alimento como mercadoria e como commodity também foi analisada em uma das experiências.

Por fim, uma outra experiência apresentou a agricultura biodinâmica como promotora de vida. Ao analisar o morfema da palavra biodinâmica, observa que o bio se refere a uma agricultura inerente à natureza, que impulsiona os ciclos vitais através das práticas de integração das atividades agrícolas com a natureza e, o dinâmico, se refere ao conhecimento e aplicação dos ritmos formativos e de crescimento da natureza através do uso dos preparados biodinâmicos, do estudo dos ritmos astronômicos e da estruturação da paisagem rural. Para os autores, a agrofloresta é uma tentativa de harmonizar as atividades da agricultura com os processos naturais da vida existentes em cada lugar em que atuamos, e representa grande potencial para as regiões tropicais, pois são naturalmente ricas em biodiversidade, umidade e radiação, oferecem uma grande diversidade de produtos e segurança alimentar, incrementa a fertilidade do solo, reduz de forma gradativa os custos de produção, diminui o uso de insumos químicos, melhora as condições de trabalho para o agricultor e valoriza o conhecimento tradicional. A experiência também trouxe para os estudantes a reflexão da importância do ser humano e suas relações com a natureza e com o outro, no contexto do manejo dos recursos naturais.

Podemos ver que este princípio teve uma relação direta com o conteúdo da educação, sendo relacionada com as diferentes dimensões da Agroecologia.

### **O princípio da Complexidade**

Este princípio foi analisado por apenas três experiências, sendo mais vinculado a dimensão metodológica da Educação em Agroecologia. O princípio foi analisado da seguinte forma:

- Sob a ótica da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, na valorização dos saberes e práticas dos camponeses, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas e na relação educador-educando-comunidade-escola;
- Na integração da escola com temas da realidade local vivida e o diálogo de saberes entre diferentes tipos de conhecimentos, os populares e o de áreas disciplinares científicas;



- O grande arsenal de recursos, tanto de vocabulário, quanto de raciocínio e criatividade para integração da arte na educação.

### **O Princípio da Diversidade**

Este princípio foi trabalhado em apenas três experiências, sendo vinculado a biodiversidade e a sociodiversidade. Também traz em si os conteúdos da Educação em Agroecologia.

Ao ser vinculado a biodiversidade, as experiências trataram sobre a superação da monocultura; produção de alimentos saudáveis e limpos; diversidade alimentar nos diferentes ecossistemas.

Ao ser vinculada a diversidade social, as experiências trataram dos saberes e práticas dos camponeses, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas; e ao questionamento da agricultura industrial que substitui a nossa completa dependência do Sol pela energia baseada em combustíveis fósseis.

### **O Princípio da Transformação**

Este princípio também foi analisado apenas por poucas experiências e traz em si a dimensão do objetivo da educação. Foi trabalhado da seguinte forma:

- As experiências proporcionam a cidadania das famílias que vivem no campo;
- A experiência tem potência de ação educativa, pedagógica e didática, é revestida de caráter multicultural e promove o encontro da diversidade sociocultural do rural com o urbano, na medida em que os atores do processo de mudança das realidades vigentes se percebem, dialogam, refletem e se transformam.

- Uma das experiências discute que, apesar da Educação do Campo trazer as referências das experiências sociais e da Educação Popular, muitas escolas do campo obscurecem e invisibilizam o rural, devido a cultura industrial e urbanocêntrica dominante. Eles “denunciam” que a organização do trabalho escolar pelas redes de ensino se dá através da homogeneização/padronização, da repetição e



não da criação a partir do diálogo com a própria realidade local e, por isso, existem constantes contradições.

## 7. Tentando concluir

Para finalizar, gostaríamos de refletir sobre a atualidade do tema do II SNEA – Resistências e Lutas por Democracia, pois vivemos um momento em que está em sério risco a democracia no país.

As experiências demonstraram que estamos no caminho certo, pois apresentam muitos ensinamentos, criatividade e envolvimento. Uma mais, outras menos, se mostraram muito comprometidas com uma educação que ajude a disseminar uma Agroecologia vinculada com as necessárias transformações sociais no campo e com novas formas de se relacionar com a natureza.

Trabalhar com Agroecologia na educação é em si uma forma de resistência e de transformação, num contexto dominante de avanço do agronegócio onde o produtivismo e o tecnicismo, dominam os processos educativos nas instituições de ensino.

Ao mesmo tempo, é uma forma de resistência e transformação no contexto de um ambiente educacional muito dedicado ao cientificismo e ao produtivismo acadêmico, principalmente nas universidades e institutos federais.

Azevedo (2011), nos ajuda a refletir como a instituição escolar se reproduz no seu cotidiano, com uma matriz conceitual que desenvolveu um modelo de escola que caracteriza os sistemas educacionais no Brasil. Neste modelo, a prática educativa se caracteriza por um trabalho fragmentado, disciplinar, com tempos pré-estabelecidos, onde prevalece entre os/as educadores/as o trabalho individual e solitário e não o trabalho coletivo e solidário. As relações são verticalizadas, e se reproduzem em procedimentos e comportamentos ritualizados e automatizados. Educadores/as e educandos/as são submetidos a uma maratona, trabalhando com conteúdos isolados, conhecimentos fragmentados, formando uma visão parcial e unilateral do mundo, impedindo o conhecimento e a percepção das relações e dos princípios que permitem a visão universal e globalizadora da realidade como totalidade.

Por isso, reforçamos a necessidade de se fazer uma crítica e uma ruptura mais contundentes



com os fundamentos epistemológicos da ciência moderna nos espaços educativos, conformando experiências contra hegemônicas, tal como nos alerta Jacob (2016).

Finalmente, sugerimos que todas as vezes que formos refletir sobre a nossa prática educativa enquanto uma experiência, devemos organizar um quadro mental de reconhecimentos como sujeito educador/a. Quem sou eu no processo educativo? Quem são os demais sujeitos? Que rede de educadores/as estabelecemos? Em qual contexto estamos inseridos/as? O que pretendo? Quais orientações pedagógicas seguimos? A prática educativa que protagonizamos promovem autonomia ou subordinação? Enriquece e prepara os/as educandos/as para experiências mais amplas ou mais profundas no futuro? Propiciaram mudanças? Os sujeitos do processo educativo se tornam mais vivos, mais perceptivos, mais intensos na sua relação com os outros e com a natureza?

## 8. Referências bibliográficas

- AGUIAR, M. Virginia de A.; SILIPRANDI, E.; PACHECO, M. Emília L. Mulheres no Congresso Brasileiro de Agroecologia. Revista Agriculturas. v. 6, n. 4, dezembro de 2009. Pg. 46-48.
- AGUIAR, M. Virginia de A. Educação e Agroecologia - que formação para a sustentabilidade? Revista Agriculturas, v. 7, nº 4, pp. 4-6, dez 2010.
- AGUIAR, Maria Virgínia de A. & JALIL, Laeticia Medeiros. Desafios para a construção do conhecimento agroecológico com abordagem de gênero em uma universidade pública brasileira. Cadernos de Agroecologia, Vol. 8, No. 2, Nov 2013.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia. Bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. 592p.
- BRANDÃO, Carlos R. O que é Educação. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007.
- CASADO, Glória G.; MOLINA, Manuel G.; GUZMÁN, Eduardo S. Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible. Madrid: Mundi Prensa, 2000.
- GOHN, M. da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. Anais do 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social. Março de 2006. Disponível em [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext)



em Outubro de 2016.

MOLINA, Mônica Castagna; SANTOS, Clarice Aparecida; MICHELOTTI, Fernando; SOUSA, Romier da Paixão (orgs). Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera. Brasília: MDA, 2014. 292 p. (Série NEAD Debate; 22)

PETERSEN, Paulo. Introdução. In PETERSEN, P. (org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. Pp. 5-16

SEVILLA GUZMAN, E. & SOLER MONTIEL, M. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza, PH CUADERNOS, 2010, pp. 191-217.

SOBRAL, Francisco J. M. Retrospectiva Histórica do ensino agrícola no Brasil. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. v. 2, n. 2 (2009). p. 78-95

SOARES, A. M. S.; OLIVEIRA, L. M. T. de. Ensino técnico agropecuário: “novas” perspectivas ou uma velha receita? In Moreira, R. J. (Org.). Identidades sociais. Ruralidades no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A/Nead, 2005. pp.175-190

**Apêndice 1 – Quadro 1 – Experiências de Educação em Agroecologia – II SNEA – Grupo SNEA1**

<b>Identificação</b>	<b>Experiência</b>	<b>Estado e município</b>	<b>Organização envolvida</b>
<b>Região Sudeste</b>			
SNEA5_07	A agroecologia no currículo do ensino médio: a experiência da Aitiara Escola do Campo, e seu entorno educativo no Bairro Demétria em Botucatu, SP	SP – Botucatu	Aitiara Escola do Campo; UFSCAR-Araras
SNEA1_08	Feiras agroecológicas: necessários diálogos entre campo e cidade sob a perspectiva sociocultural	SP – Sorocaba	SESC Sorocaba
SNEA16_04	O ensino de Agroecologia e de solos no curso de agronomia PRONERA/UFSCar: da teoria a prática no assentamento Santo Antônio em Piratininga, SP	SP – Piratininga	UFSCAR
SNEA1_02	Residência agrária jovem e transição agroecológica em assentamentos do estado de São Paulo: aprendizagens e reflexões	SP - Itapeva, Iaras	Instituto Giramundo Mutuando



<b>Identificação</b>	<b>Experiência</b>	<b>Estado e município</b>	<b>Organização envolvida</b>
SNEA6_02	Ensaio sobre o Programa Mais Educação do Campo nas escolas estaduais dos municípios da microrregião de Campos dos Goytacazes-RJ	RJ - Campos dos Goytacazes	Escolinha de Agroecologia da Comissão Pastoral da Terra
SNEA1_06	Educação do Campo e Agroecologia nas ações de formação continuada com professores de escolas do campo de Angra dos Reis e de Nova Iguaçu - UFRRJ/ UFF (2014-2016)	RJ - Angra dos Reis e de Nova Iguaçu	UFRRJ/UFF
<b>Região Norte</b>			
SNEA1_01	Campus Rural de Marabá: valorizando e disseminando sementes tradicionais	PA - Marabá	IFPA - Marabá
SNEA1_10	Educação do campo e agroecologia: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar	PA - Marabá	IFPA-Marabá; UFPA
<b>Região Nordeste</b>			
SNEA13_04	O IF Baiano e sua primeira experiência com o Pronera: aprendizados possíveis para o ensino em agroecologia	BA - Santa Inês	IFBaiano
SNEA1_04	Pedagogia da rima: estudando agroecologia com música e poesia	BA - Valença	IFBaiano